

RELATÓRIO - PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

AGOSTO DE 2026

1. APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no inciso III, do art. 30, da Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), e atendendo ao Roteiro de Atuação do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção criado pelo ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, apresentamos o relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, bem como informações genéricas sobre os mesmos.

2. PEDIDOS DE ACESSO

No mês de agosto de 2026, a Ouvidoria do TCMSP recebeu 05 (cinco) pedidos de acesso à informação.

2.1. Índice de Resolutividade dos Pedidos de Acesso

Os 05 (cinco) pedidos de acesso à informação recebidos pela Ouvidoria no mês de agosto encontra-se em análise dentro do prazo estabelecido na Lei nº 12.527/2011.

Portanto, no mês de agosto não houve índice de resolutividade.

A manifestação que se encontrava em análise, relacionada ao mês de julho, foi concluída dentro do prazo estabelecido em Lei.

3. INFORMAÇÕES GENÉRICAS SOBRE OS PEDIDOS

- 20260235 – Pedido de acesso à informação sobre políticas institucionais de inclusão em cargos de liderança nos Tribunais de Contas para pesquisa acadêmica– Sexo Feminino.
- 20260244 – Pedido de acesso à informação sobre Gestão de Documento no TCMSP – Sexo Masculino.
- 20260261 – Pedido de acesso à informação e documentos existentes no âmbito do TCMSP relacionados ao empreendimento Ligação Viária Graúna–Gaivotas, especialmente à Concorrência nº 90006/2024/SPObras – Sexo Masculino.
- 20260268 – Pedido de acesso à informação referente transporte público e gestão de saúde no município de SP– Sexo Masculino.
- 20260277 – Pedido de acesso à informação sobre o Ciclo de Formação para os Conselheiros de Políticas Públicas promovido pela Escola de Gestão e Contas (EGC) do Tribunal de Contas do Município de São Paulo– Sexo Feminino.

Ante o exposto, cumpre-nos informar que os resultados obtidos demonstram o compromisso do TCMSP em garantir o direito do Cidadão ao acesso às informações sob a guarda do Tribunal ou por ele produzidas.